

Manual de Arbitragem

Manuel Pereira Barrocas

2ª Edição

LAV de 2011

Revisto e Atualizado

ÍNDICE GERAL

Manual de Arbitragem — Manuel Pereira Barrocas (2.^a Edição)

PRIMEIRA PARTE — DA ARBITRAGEM EM GERAL

TÍTULO I — A ARBITRAGEM

CAPÍTULO 1. Noção de Arbitragem — p. 33

- SECÇÃO 1. Definição de Arbitragem — p. 33
- SECÇÃO 2. A Jurisdicionalidade da Arbitragem — p. 34
- SECÇÃO 3. Caracterização de Outros MARL — p. 35
- SECÇÃO 4. A Arbitragem e os Tribunais Judiciais — p. 36
- SECÇÃO 5. O Juízo Judicial e o Juízo Arbitral — p. 357
- SECÇÃO 6. A Arbitragem e Figuras Afins — p. 39
- SECÇÃO 7. Delimitação do Conceito de Arbitragem Comercial — p. 41

CAPÍTULO 2. Natureza Jurídica da Arbitragem — p. 42

- SECÇÃO 1. Introdução — p. 42
- SECÇÃO 2. Teses Sobre a Natureza Jurídica da Arbitragem — p. 44

CAPÍTULO 3. Aspetos Sócioeconómicos, Políticos e Funcionais da Arbitragem — p. 48

- SECÇÃO 1. A Arbitragem como Fenómeno Sócioeconómico — p. 48
- SECÇÃO 2. A Arbitragem e o Papel do Estado — p. 49
- SECÇÃO 3. Características de Novidade da Arbitragem — p. 51

CAPÍTULO 4. Finalidade da Arbitragem — p. 52

CAPÍTULO 5. A Arbitragem na História — p. 53

- SECÇÃO 1. Antiguidade Clássica — p. 53
- SECÇÃO 2. Portugal — p. 54
- SECÇÃO 3. Itália — p. 59
- SECÇÃO 4. França — p. 59
- SECÇÃO 5. Alemanha — p. 60
- SECÇÃO 6. Inglaterra — p. 60
- SECÇÃO 7. A Arbitragem e a Igreja Católica — p. 62
- SECÇÃO 8. A Arbitragem na Segunda Metade do Século XX — p. 63

CAPÍTULO 6. A Arbitragem no Ciberespaço — p. 65

CAPÍTULO 7. A Arbitragem e Outros MARL — p. 66

- SECÇÃO 1. Introdução — p. 66
- SECÇÃO 2. Utilização de MARL em Portugal e no Estrangeiro — p. 69
- SECÇÃO 3. Gestão do Litígio e Modalidades de MARL — p. 72
- SECÇÃO 4. Negociação Direta — p. 72
- SECÇÃO 5. Mediação — p. 73
- SECÇÃO 6. Conciliação — p. 78
- SECÇÃO 7. Minijulgamento — p. 79
- SECÇÃO 8. Arbitragem Não Vinculativa — p. 79
- SECÇÃO 9. Laudo Pericial Vinculativo ou Não Vinculativo — p. 80
- SECÇÃO 10. Avaliação Pericial — p. 80
- SECÇÃO 11. Med-Arb e Arb-Med — p. 80
- SECÇÃO 12. Cláusula Contratual de MARL — p. 80
- SECÇÃO 13. Processo de MARL — p. 81

- SECÇÃO 14. Conclusões — p. 82
- SECÇÃO 15. Resolução do Litígio por Acordo no Decurso da Arbitragem — p. 84
- SECÇÃO 16. O Papel do Advogado em Procedimentos de Mediação — p. 88
- CAPÍTULO 8.** Arbitragem Não Comercial — p. 89
- CAPÍTULO 9.** Arbitragem Necessária — p. 90
- CAPÍTULO 10.** Arbitragem Institucionalizada e Arbitragem Ad Hoc — p. 93
- CAPÍTULO 11.** Arbitragem Comercial e Arbitragem de Investimentos — p. 94
- CAPÍTULO 12.** Arbitragem e Administração Pública — p. 95
- CAPÍTULO 13.** Áreas de Utilização da Arbitragem — p. 97
- SECÇÃO 1. Requisito Prévio a Arbitrabilidade do Litígio — p. 97
- SECÇÃO 2. A Arbitrabilidade do Litígio — p. 105
- SECÇÃO 3. Em Questões Tecnológicas — p. 108
- SECÇÃO 4. Em Conflitos de Consumo — p. 108
- SECÇÃO 5. Em Questões de Seguros — p. 110
- SECÇÃO 6. Em Questões Societárias — p. 110
- SECÇÃO 7. Em Questões de Responsabilidade Civil Extracontratual — p. 122
- SECÇÃO 8. Em Questões do Mercado de Capitais — p. 123
- SECÇÃO 9. Em Questões de Expropriação — p. 123
- SECÇÃO 10. Em Questões do Direito da Concorrência — p. 123
- SECÇÃO 11. Em Questões de Energia — p. 128
- SECÇÃO 12. Em Questões Relativas ao Contrato de Joint-Venture — p. 128
- SECÇÃO 13. Em Questões Relativas à Constituição, Modificação e Extinção de Direitos Sujeitos a Registo Público — p. 128
- SECÇÃO 14. Em Questões de Propriedade Industrial e de Direitos de Autor — p. 129
- SECÇÃO 15. Em Questões de Informática — p. 131
- SECÇÃO 16. Em Questões de Arrendamento — p. 132
- SECÇÃO 17. Em Questões Relativas à Sucessão Testamentária — p. 132
- SECÇÃO 18. Em Questões Laborais — p. 132
- SECÇÃO 19. Em Questões Tributárias — p. 134
- SECÇÃO 20. Em Questões Criminais — p. 135
- SECÇÃO 21. Em Questões do Ambiente — p. 135
- SECÇÃO 22. Em Questões Relativas a Investimentos Internacionais — p. 136
- SECÇÃO 23. Outras Áreas de Utilização da Arbitragem:
 1. Contencioso da Construção Civil e Obras Públicas — p. 137
 2. Contencioso de Direito Comercial Marítimo e Seguros Marítimos — p. 137
 3. Contencioso do Sector Automóvel — p. 137
 4. Contencioso TIR — p. 137
 5. Contencioso de Dívidas Hospitalares — p. 138
 6. Contencioso de Venda Internacional de Mercadorias — p. 138
 7. Contencioso de Aquisição de Empresas — p. 139
 8. Litigância em Bloco — p. 139
 9. Contencioso Desportivo — p. 140
- CAPÍTULO 14.** Arbitragem Simplificada — p. 140
- CAPÍTULO 15.** Vantagens e Desvantagens da Arbitragem — p. 141

TÍTULO II — A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

- CAPÍTULO 1.** Natureza Jurídica e Autonomia — p. 143
- SECÇÃO 1. Natureza Jurídica da Convenção da Arbitragem — p. 143

- SECÇÃO 2. Autonomia da Convenção de Arbitragem — p. 148
- CAPÍTULO 2.** Estrutura e Efeitos — p. 154
- SECÇÃO 1. Conteúdo da Convenção de Arbitragem — p. 154
- SECÇÃO 2. Forma e Prova da Convenção de Arbitragem — p. 169
- SECÇÃO 3. Efeitos — p. 163
- SECÇÃO 4. Modalidades — p. 168
- SECÇÃO 5. Interpretação da Convenção de Arbitragem — p. 169
- SECÇÃO 6. Transmissão — p. 174
- SECÇÃO 7. Extensão Subjetiva e Objetiva — p. 177
- SECÇÃO 8. Vigência — p. 178
- SECÇÃO 9. Lei Aplicável — p. 180
- CAPÍTULO 3.** Arbitragens Complexas — p. 180
- SECÇÃO 1. Arbitragem Multipartes — p. 180
- SECÇÃO 2. Arbitragem Multicontratos — p. 212
- CAPÍTULO 4.** Arbitrabilidade do Litígio — p. 215
- SECÇÃO 1. Noção — p. 215
- SECÇÃO 2. Delimitação do Conceito de Arbitrabilidade — p. 217
- SECÇÃO 3. Capacidade das Partes — p. 220
- SECÇÃO 4. Arbitrabilidade do Litígio e Validade da Cláusula Compromissória — p. 221
- SECÇÃO 5. Efeito da Prolação da Sentença Arbitral em Questões Não Arbitráveis — p. 221
- CAPÍTULO 5.** Invalidez e Ineficácia da Convenção de Arbitragem — p. 222
- SECÇÃO 1. Noção e Efeitos — p. 222
- SECÇÃO 2. Vontade das Partes e Poder de Decisão do Árbitro — p. 222
- SECÇÃO 3. Invalidez da Renúncia Prévia à Arguição da Invalidez — p. 223
- SECÇÃO 4. Intervenção do Tribunal Judicial — p. 224
- SECÇÃO 5. Vícios da Formação da Vontade e da Declaração Negocial — p. 224
- CAPÍTULO 6.** Execução da Convenção de Arbitragem — p. 227
- CAPÍTULO 7.** Violação da Convenção de Arbitragem — p. 228
- SECÇÃO 1. Dever de Comportamento de Boa Fé — p. 228
- SECÇÃO 2. Responsabilidade Civil das Partes por Atraso na Prolação da Sentença — p. 228
- SECÇÃO 3. Preterição de Tribunal Arbitral — p. 229
- SECÇÃO 4. A Questão do Direito a Indemnização por Submissão do Litígio a Tribunal Estatual — p. 229
- CAPÍTULO 8.** Conjunção de Arbitragem e Foro — p. 230
- CAPÍTULO 9.** Conjunção de Várias Instituições Arbitrais — p. 231
- CAPÍTULO 10.** Efeitos da Cessação de Vigência da Convenção de Arbitragem — p. 232
- CAPÍTULO 11.** Convenção Arbitral por Referência — p. 233
- CAPÍTULO 12.** Efeitos no Processo Arbitral da Declaração de Insolvência de Uma das Partes — p. 234
- CAPÍTULO 13.** Ineficácia da Convenção de Arbitragem por Insuficiência Económica de Uma das Partes na Convenção — p. 234

TÍTULO III — O TRIBUNAL ARBITRAL

- CAPÍTULO 1.** Composição — p. 239
- CAPÍTULO 2.** Constituição — p. 241
- CAPÍTULO 3.** Competência — p. 243
- SECÇÃO 1. Para Decretar Medidas Cautelares Arbitrais — p. 243
- SECÇÃO 2. Para Conhecer da Própria Competência — p. 253
- CAPÍTULO 4.** Intervenção do Tribunal Judicial na Arbitragem — p. 260
- SECÇÃO 1. Introdução — p. 260

- SECÇÃO 2. Arbitragem Doméstica, Estrangeira e Internacional — p. 261
- SECÇÃO 3. O Princípio da Definitividade da Sentença Arbitral — p. 264
- SECÇÃO 4. Medidas de Apoio à Atividade do Tribunal Arbitral — p. 265
- SECÇÃO 5. Medidas de Controlo da Atividade do Tribunal Arbitral — p. 270
- SECÇÃO 6. Execução da Sentença Arbitral e Confirmação de Sentença Arbitral Estrangeira — p. 272
- CAPÍTULO 5.** Desaforamento de Litígios Judiciais — p. 272
- CAPÍTULO 6.** Conflitos de Jurisdição entre o Tribunal Arbitral e o Tribunal Estadual — p. 273
- CAPÍTULO 7.** O Estatuto do Árbitro — p. 274
- SECÇÃO 1. O Árbitro Face ao Juiz — p. 274
- SECÇÃO 2. Judicialização da Arbitragem e Arbitralização dos Tribunais — p. 276
- SECÇÃO 3. Atribuição de Poderes ao Árbitro e ao Juiz — p. 278
- SECÇÃO 4. A Jurisdição do Árbitro — p. 279
- SECÇÃO 5. Posição do Árbitro e do Juiz Face ao Litígio — p. 282
- SECÇÃO 6. A Ordem Jurídica Arbitral — p. 286
- SECÇÃO 7. Qualidades do Árbitro — p. 299
- SECÇÃO 8. Outras Qualidades Requeridas ao Árbitro — p. 312
- SECÇÃO 9. Perfil do Árbitro — p. 319
- SECÇÃO 10. Imunidade do Árbitro — p. 320
- SECÇÃO 11. Contrato de Árbitro — p. 324
- CAPÍTULO 8.** Efeito no Processo Arbitral da Declaração de Insolvência — p. 379
- CAPÍTULO 9.** Custos da Arbitragem — p. 380
- CAPÍTULO 10.** Fixação da Remuneração do Árbitro — p. 381
- CAPÍTULO 11.** Os Julgados de Paz — p. 382

TÍTULO IV — A ACÇÃO ARBITRAL

- CAPÍTULO 1.** Processo Arbitral e Instância Arbitral — p. 383
- CAPÍTULO 2.** Questões Gerais do Processo Arbitral — p. 384
- SECÇÃO 1. O Processo Arbitral: Formalismo Elástico ou Informalismo Ordenado? — p. 384
- SECÇÃO 2. Princípios Fundamentais do Processo Arbitral — p. 387
- SECÇÃO 3. Processo Arbitral Apenas Baseado em Documentos — p. 390
- SECÇÃO 4. Eficácia do Processo Arbitral — p. 390
- SECÇÃO 5. Celeridade do Processo Arbitral — p. 392
- SECÇÃO 6. Direção do Processo Arbitral — p. 392
- SECÇÃO 7. Deveres Gerais das Partes. Remissão — p. 393
- SECÇÃO 8. Quem Pode Ser Parte Num Processo Arbitral? — p. 393
- SECÇÃO 9. Sucessão de Partes — p. 394
- SECÇÃO 10. Intervenção de Terceiros. Remissão — p. 394
- SECÇÃO 11. Representação da Parte por Advogado em Processo Arbitral — p. 394
- SECÇÃO 12. Constituição, Modificação e Extinção da Instância Arbitral — p. 395
- SECÇÃO 13. Pagamento de Preparos, Custos do Processo e Despesas. Consequências Pelo Não Pagamento — p. 397
- SECÇÃO 14. Fixação do Objeto do Litígio pelo Árbitro — p. 399
- SECÇÃO 15. Fixação das Regras do Processo pelo Árbitro — p. 400
- SECÇÃO 16. Custos da Arbitragem — p. 401
- CAPÍTULO 3.** Dinâmica da Instância Arbitral — p. 402
- SECÇÃO 1. Apresentação ao Tribunal Arbitral do Litígio e da Defesa — p. 402
- SECÇÃO 2. Consequências da Não Apresentação do Litígio ao Tribunal pelo Demandante — p. 403
- SECÇÃO 3. Consequências da Não Apresentação da Defesa pelo Demandado — p. 403

- SECÇÃO 4. Questões de Competência do Tribunal Arbitral. Momento da sua Arguição — p. 403
- SECÇÃO 5. Questões Prejudiciais, Questões Preliminares e Questões Incidentais — p. 406
- SECÇÃO 6. Processos Paralelos — p. 406
- SECÇÃO 7. Interrupção da Prescrição de Créditos — p. 407
- SECÇÃO 8. Admissibilidade da Reconvenção no Processo Arbitral — p. 410
- SECÇÃO 9. Admissibilidade da Compensação no Processo Arbitral — p. 411
- SECÇÃO 10. Apensação de Processos na Arbitragem — p. 411
- SECÇÃO 11. Separação de Processos Arbitrais — p. 412
- SECÇÃO 12. Prazos para a Prática dos Atos Processuais — p. 412
- SECÇÃO 13. Espécies de Decisões Arbitrais — p. 412
- SECÇÃO 14. Audiências e Outros Procedimentos — p. 417
- SECÇÃO 15. A Prova em Processo Arbitral — p. 421

CAPÍTULO 4. Boas Práticas em Arbitragem p. 428

CAPÍTULO 5. A Sentença Arbitral — p. 442

- SECÇÃO 1. Conceito — p. 442
- SECÇÃO 2. Natureza Jurídica — p. 443
- SECÇÃO 3. Prazo para a Prolação — p. 444
- SECÇÃO 4. Bifurcação — p. 445
- SECÇÃO 5. Forma — p. 446
- SECÇÃO 6. Deliberação — p. 447
- SECÇÃO 7. Sentença Arbitral por Acordo das Partes — p. 448
- SECÇÃO 8. Critérios de Julgamento Arbitral — p. 448
- SECÇÃO 9. O Árbitro e a Ordem Pública — p. 449
- SECÇÃO 10. O Normativo Aplicável — p. 478
- SECÇÃO 11. A Equidade na Arbitragem — p. 478
- SECÇÃO 12. Fundamentação da Sentença Arbitral — p. 505
- SECÇÃO 13. Correção e Reforma da Sentença Arbitral — p. 506
- SECÇÃO 14. Fixação de Honorários e Custos do Processo — p. 506
- SECÇÃO 15. Extinção do Poder Jurisdicional — p. 507
- SECÇÃO 16. Notificação, Retificação e Esclarecimento e Sentença Adicional — p. 507

TÍTULO V — A IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

CAPÍTULO 1. Recurso da Sentença Arbitral — p. 511

- SECÇÃO 1. A Questão da Impugnabilidade da Sentença Arbitral para os Tribunais Estaduais — p. 511
- SECÇÃO 2. Forma de Impugnação — p. 514
- SECÇÃO 3. Objeto da Impugnação e do Recurso — p. 514
- SECÇÃO 4. Tribunal *ad quem* — p. 516
- SECÇÃO 5. Tramitação — p. 516
- SECÇÃO 6. Valor dos Recursos — p. 517

- Recurso para Segunda Instância Arbitral — p. 519

CAPÍTULO 2. Caso Julgado da Sentença Arbitral — p. 520

CAPÍTULO 3. Anulação da Sentença Arbitral — p. 520

- SECÇÃO 1. Introdução — p. 520
- SECÇÃO 2. Fundamentos de Impugnação — p. 523
- SECÇÃO 3. Sanação do Vício da Invalidade — p. 529

- SECÇÃO 4. Prazo para Requerer a Anulação — p. 530
- SECÇÃO 5. Dissociação da Decisão — p. 530
- SECÇÃO 6. Manutenção da Eficácia da Sentença Arbitral — p. 530
- SECÇÃO 7. Vícios Atípicos — p. 531
- **CAPÍTULO 4.** Utilização dos Meios de Impugnação — p. 535
- SECÇÃO 1. Âmbito e Finalidade dos Meios — p. 535
- SECÇÃO 2. Articulação dos Meios — p. 537
- SECÇÃO 3. Prazos, Forma do Processo e Tribunais Competentes — p. 538
- **CAPÍTULO 5.** Efeitos da Anulação da Sentença Arbitral — p. 540

TÍTULO VI — A EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

- **CAPÍTULO 1.** Sentença Arbitral Nacional — p. 541
- SECÇÃO 1. Tramitação da Execução — p. 541
- SECÇÃO 2. Fundamentos de Oposição à Execução — p. 542
- SECÇÃO 3. Execução de Sentença Arbitral Concomitante com uma Ação de Anulação ou um Recurso da Sentença Arbitral — p. 544
- SECÇÃO 4. Liquidação do Pedido pelo Tribunal Arbitral — p. 545
- SECÇÃO 5. Cobrança Coerciva de Honorários e de Custos do Processo — p. 545
- **CAPÍTULO 2.** Sentença Arbitral Estrangeira — p. 546
- SECÇÃO 1. Importância da Nacionalidade da Sentença Arbitral — p. 546
- SECÇÃO 2. Conceito de Nacionalidade Estrangeira da Sentença Arbitral — p. 546
- SECÇÃO 3. A Questão do Reconhecimento da Sentença Arbitral Nacional em Arbitragem Internacional — p. 548
- SECÇÃO 4. No Âmbito da Convenção de Nova Iorque — p. 549
- SECÇÃO 5. Fora do Âmbito da Convenção de Nova Iorque — p. 549
- SECÇÃO 6. O Reconhecimento de Sentença Arbitral Estrangeira segundo a LAV — p. 550
- SECÇÃO 7. Fundamentos de Oposição ao Reconhecimento — p. 550
- SECÇÃO 8. Fundamentos de Oposição à Execução — p. 550

SEGUNDA PARTE — DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL

TÍTULO I — A ARBITRAGEM INTERNACIONAL

- **CAPÍTULO 1.** Noções Gerais — p. 555
- SECÇÃO 1. Conceito de Arbitragem Internacional — p. 555
- SECÇÃO 2. Caracterização da Arbitragem Internacional — p. 557
- SECÇÃO 3. Necessidade da Arbitragem Internacional — p. 563
- SECÇÃO 4. A Questão da Nacionalidade da Arbitragem — p. 564
- SECÇÃO 5. Arbitragem Comercial Internacional — p. 569
- SECÇÃO 6. Arbitragem Estrangeira e Arbitragem Internacional — p. 574
- SECÇÃO 7. Arbitragem Internacional Institucionalizada e Arbitragem Internacional Ad Hoc — p. 574
- **CAPÍTULO 2.** Fontes da Arbitragem Internacional — p. 576
- SECÇÃO 1. Introdução — p. 576
- SECÇÃO 2. Fontes Estaduais — p. 577
- SECÇÃO 3. Fontes Públicas Internacionais — p. 581
- SECÇÃO 4. Fontes Privadas — p. 584
- **CAPÍTULO 3.** A Convenção de Arbitragem Internacional — p. 584
- SECÇÃO 1. Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional — p. 585

- SECÇÃO 2. Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional em Relação às Leis Estaduais — p. 587
- SECÇÃO 3. Principais Aspetos de Análise da Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional — p. 590
- SECÇÃO 4. Lei Aplicável à Convenção de Arbitragem Internacional — p. 599
- SECÇÃO 5. A Questão da Capacidade do Estado e de Outros Entes Públicos para se Comprometerem em Arbitragem — p. 603
- SECÇÃO 6. Ausência de *Lex Fori* na Arbitragem Internacional — p. 603
- SECÇÃO 7. Ausência de Ordem Jurídica de Base na Arbitragem Internacional — p. 604
- SECÇÃO 8. Ausência de Controlo da Jurisdição Estadual — p. 606
- SECÇÃO 9. A Questão da Justiça Sem Regras de Direito e do Contrato Sem Lei — p. 608
- SECÇÃO 10. A Jurisdição da Sentença Arbitral Internacional — p. 609
- SECÇÃO 11. A Relevância da *Lex Mercatoria* — p. 612
- SECÇÃO 12. O Direito Português Face à Questão da Autonomia da Convenção de Arbitragem Internacional — p. 614
- **CAPÍTULO 4.** A Localização do Tribunal na Arbitragem Internacional — p. 616
- SECÇÃO 1. A Localização do Tribunal Arbitral Internacional. Introdução — p. 616
- SECÇÃO 2. A Localização Convencional do Tribunal Arbitral Internacional — p. 623
- SECÇÃO 3. A Escolha da Localização pelos Árbitros ou por Instituições Arbitrais — p. 625
- SECÇÃO 4. A Importância da Neutralidade na Arbitragem Internacional. O que se Entende por Localização Neutra? — p. 627
- SECÇÃO 5. Deslocalização ou Desnacionalização da Arbitragem Internacional — p. 628
- SECÇÃO 6. A Atual Importância da Localização da Arbitragem — p. 629
- SECÇÃO 7. Arbitragem Plurilocalizada — p. 630
- SECÇÃO 8. Critérios a Ter em Conta na Escolha da Sede da Arbitragem Internacional — p. 631
- **CAPÍTULO 5.** A Arbitragem Internacional na LAV — p. 632
- **CAPÍTULO 6.** A Arbitragem Internacional na Jurisdição Estrangeira — p. 634
- **CAPÍTULO 7.** O Tribunal Arbitral — p. 634
- SECÇÃO 1. O Processo na Arbitragem Internacional — p. 634
- SECÇÃO 2. A Importância da Língua do Processo Arbitral — p. 635
- SECÇÃO 3. A Constituição do Tribunal Arbitral — p. 636
- **CAPÍTULO 8.** Questões Processuais — p. 643
- SECÇÃO 1. Introdução — p. 643
- SECÇÃO 2. Competência do Árbitro — p. 643
- SECÇÃO 3. Processos Paralelos na Arbitragem Internacional — p. 652
- SECÇÃO 4. Como Tornar Rápido e Eficiente o Processo Arbitral Internacional — p. 668
- SECÇÃO 5. Competência do Árbitro Internacional para o Decretamento de Medidas Cautelares — p. 669
- SECÇÃO 6. Exequibilidade de Medidas Cautelares e de Medidas de Obtenção de Prova na Arbitragem Internacional — p. 669
- **CAPÍTULO 9.** A Sentença Arbitral Internacional — p. 674
- SECÇÃO 1. O Normativo Aplicável à Questão de Mérito e Questões Conexas na Arbitragem Internacional — p. 674
- SECÇÃO 2. A Ordem Pública Transnacional — p. 680
- SECÇÃO 3. A Arbitrabilidade do Litígio na Arbitragem Internacional — p. 689
- SECÇÃO 4. Deliberações na Formação da Sentença Arbitral — p. 697
- SECÇÃO 5. Interpretação e Correção da Sentença Arbitral — p. 697
- **CAPÍTULO 10.** Impugnação da Sentença Arbitral Internacional — p. 698
- SECÇÃO 1. O Recurso na Arbitragem Internacional — p. 698
- SECÇÃO 2. Anulação de Decisões Arbitrais Internacionais — p. 698
- SECÇÃO 3. Reconhecimento do Caso Julgado da Sentença Arbitral na Arbitragem Internacional — p. 699

CAPÍTULO 11. Reconhecimento e Execução da Sentença Arbitral Estrangeira e Internacional — p. 699

- SECÇÃO 1. No âmbito da Convenção de Nova Iorque — p. 699
- SECÇÃO 2. Fora do Âmbito da Convenção de Nova Iorque — p. 712
- SECÇÃO 3. A Concorrência de Aplicação entre a Convenção de Nova Iorque e Outros Tratados ou Convenções — p. 712
- SECÇÃO 4. A Questão Particular do Reconhecimento de uma Sentença Arbitral Anulada no país da Localização da Arbitragem — p. 715

TÍTULO II — ARBITRAGEM INTERNACIONAL ESPECIALIZADA E ARBITRAGEM INTERNACIONAL INSTITUCIONALIZADA

CAPÍTULO 1. Arbitragem Internacional Especializada — p. 725

- SECÇÃO 1. Arbitragem em Questões de Investimento Internacional — p. 725
- SECÇÃO 2. Competência e Lei Aplicável — p. 730
- SECÇÃO 3. Arbitragem no ICSID — p. 733
- SECÇÃO 4. Acordo MIGA — p. 740
- SECÇÃO 5. Resolução de Conflitos na OMC — p. 741
- SECÇÃO 6. Arbitragem na OMPI — p. 741

CAPÍTULO 2. Arbitragem Internacional Institucionalizada — p. 741

- SECÇÃO 1. Lugar da Localização do Tribunal Arbitral — p. 741
- SECÇÃO 2. Arbitragem na CCI — p. 742
- SECÇÃO 3. Arbitragem no LCIA — p. 742
- SECÇÃO 4. Arbitragem Segundo as Regras Suíças — p. 743
- SECÇÃO 5. Arbitragem Noutras Instituições Arbitrais — p. 743

TERCEIRA PARTE — O QUE CONSULTORES JURÍDICOS DE EMPRESAS NECESSITAM ESSENCIALMENTE SABER SOBRE ARBITRAGEM

CAPÍTULO 1. A Convenção de Arbitragem e a sua Autonomia — p. 747

CAPÍTULO 2. Importância da Redação da Convenção de Arbitragem — p. 749

CAPÍTULO 3. Nomeação dos Árbitros — p. 751

CAPÍTULO 4. A Escolha dos Advogados — p. 752

CAPÍTULO 5. Vantagens e Desvantagens da Arbitragem Institucionalizada — p. 752

CAPÍTULO 6. As Partes de um Processo Arbitral — p. 752

CAPÍTULO 7. Competência do Tribunal Arbitral — p. 754

CAPÍTULO 8. Ideia Geral Sobre o Processo Arbitral — p. 755

CAPÍTULO 9. Critérios do Julgamento Arbitral — p. 757

CAPÍTULO 10. Acordo sobre Honorários dos Árbitros — p. 757

CAPÍTULO 11. O Contrato de Árbitro. Direitos e Obrigações dos Árbitros e das Partes — p. 758

CAPÍTULO 12. Custos da Arbitragem Institucionalizada — p. 760

CAPÍTULO 13. Arbitragem e Administração Pública — p. 760

CAPÍTULO 14. Confidencialidade da Arbitragem e Proteção de Documentos Confidenciais — p. 762

CAPÍTULO 15. Recurso da Sentença Arbitral — p. 762

CAPÍTULO 16. Anulação da Sentença Arbitral — p. 763

CAPÍTULO 17. Execução da Sentença Arbitral — p. 764

CAPÍTULO 18. Particularidades da Arbitragem Comercial Internacional — p. 764

CAPÍTULO 19. Particularidades da Arbitragem de Investimentos — p. 773

ÍNDICE TEMÁTICO — p. 777

ÍNDICE DOS ARTIGOS LAV CITADOS — p. 801

BIBLIOGRAFIA — p. 807

ANEXOS — p. 843

ANEXO 1 — Lei de Arbitragem Voluntária (aprovada pela Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro) — p. 845

ANEXO 2 — Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (celebrada em Nova Iorque em 10 de Junho de 1958) — p. 879

ANEXO 3 — Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos Internacionais — p. 887

ANEXO 4 — Tratados e Acordos Internacionais Bilaterais de Cooperação — p. 899

ANEXO 5 — Primeira Parte — Decisões Jurisprudenciais em Matéria de Arbitragem — p. 901

ANEXO 6 — Segunda Parte — Lista Temática de Decisões Jurisprudenciais em Matéria de Arbitragem — p. 933